



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Lafayette de Andrada**

Vice-Líder do REPUBLICANOS

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO, ATUALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE NORMAS JURÍDICAS BRASILEIRAS, NO SENTIDO DE INCORPORAR A ELAS OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E ATIVIDADES DIÁRIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2023 (do Sr. Lafayette de Andrada)

Requer que seja convidado o Dr. Anderson Paiva, Juiz Auxiliar do STF, membro do Comitê de Integridade do Poder Judiciário - CINT, e da Câmara de Regulação do Regulador do Operador Nacional do Registro Imobiliário - ONR., visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Senhor(a) Presidente,

Requeiro nos termos do art 117, caput, c/c o art. 36, ambos do RICD, que seja convidado o Dr. Anderson Paiva, Juiz Auxiliar do STF, membro do Comitê de Integridade do Poder Judiciário - CINT, e da Câmara de Regulação do Regulador do Operador Nacional do Registro Imobiliário - ONR.

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição do convidado, Dr. Anderson Paiva, Juiz Auxiliar do STF, membro do Comitê de Integridade do Poder Judiciário - CINT, e da Câmara de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Lafayette de Andrada**

Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 31/07/2023 12:46:04.310 - CEDIRDIG

REQ n.8/2023

Regulação do Regulador do Operador Nacional do Registro Imobiliário - ONR, é necessária em Audiência Pública sobre os estudos a serem desenvolvidos nessa Comissão de Direito Digital a ser agendada em data oportuna de acordo com o Plano de Trabalho.

Nos últimos anos estamos nos desenvolvendo e nos reinventando por meio da tecnologia, sejam as mídias sociais, a interconectividade fundamental e mais recentemente o uso de tecnologia de aprendizado para emular as capacidades humanas e nos auxiliar em nossa evolução técnica. Tais mudanças na conexão devem ser incorporadas ao direito possibilitando a criação de novas leis, bem como a adaptação das já existentes, vez que situações antes complexas estão sendo incorporadas em nossas atividades diárias de maneiras anteriormente inconcebíveis.

Desta forma, a Comissão de Direito Digital vem para abordar os desafios jurídicos e éticos associados ao avanço tecnológico no Brasil e em nível global. Ela formulará e analisará propostas legislativas de modernização do ordenamento jurídico brasileiro.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares que aprovem este requerimento a fim de enriquecer e subsidiar melhor os nossos trabalhos.

Sala da Comissão, em _____ de agosto de 2023.

Lafayette de Andrada

Vice-Líder do Republicanos

